



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



A ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA ALÉM DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO

ARTHUR YAMAMOTO;

UFC

FORTALEZA - CE - BRASIL

arya@secrel.com.br

APRESENTAÇÃO COM PRESENÇA DE DEBATEDOR

SOCIOECONOMIA SOLIDARIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A economia solidária para além do trabalho e da produção

Grupo de Pesquisa: Socioeconomia Solidária e Desenvolvimento Local

Introdução

A presente reflexão tem como motivação central a constatação de que a maioria dos recentes artigos e publicações referentes ao tema da economia solidária tem como foco principal as relações de trabalho dentro do processo de produção (de produtos e serviços), pouco se atendo aos aspectos da comercialização (da produção ou da prestação de serviços) - ou seja, aos vínculos com o mercado. Estabeleceu-se na literatura relativa ao tema quase que uma sinonímia entre economia solidária e empreendimentos autogestionários. Quando há referência a mercado, trata-se do mercado de trabalho. Analisam-se a crise de desemprego provocada pela onda neoliberalizante e a informalidade crescente compondo o pano de fundo da busca por novas formas de organização dos trabalhadores – cooperativas e associações, principalmente. Mais do que isso, os principais ideólogos da economia solidária procuram preencher o vazio provocado pela queda do Muro de Berlim (simbolicamente falando), apontando os valores e princípios da auto-gestão como bases para uma nova forma de organização social, de produção e apropriação de riquezas frente ao capitalismo decadente. Tal abordagem tem suscitado uma ardorosa polêmica junto aos críticos dessa concepção utópica da economia solidária, colocando em questão a capacidade de processos cooperativos (solidários) de produção bastarem para superar as contradições do capitalismo – alienação do trabalho, competição e acumulação de riquezas de forma desigual.

Em meio a esse debate teórico, gostaríamos de contribuir com a apresentação de uma experiência empírica que nos permite percorrer esses vários pontos de reflexão (objeto de

dissertação de mestrado que pretendemos defender ao final do primeiro semestre de 2006): a organização para a produção, a apropriação dos frutos do trabalho, a relação do empreendimento de produção com o mercado consumidor, as assimetrias entre o trabalho (a produção) e a realização do capital (a comercialização).

Trata-se da experiência vivenciada pelos associados da ADAO – Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica, com sede em Fortaleza – CE, que reúne sob a mesma organização produtores orgânicos de hortaliças, frutas e legumes e consumidores urbanos, estabelecendo uma “solidariedade total” – o consumidor financia o produtor, que produz organicamente uma quantidade e variedade de produtos que retornam ao consumidor em volume equivalente ao valor financiado, incluindo o custeio (remuneração) da família e custos operacionais da própria associação (frete, administração).

Em princípio, portanto, a ADAO protagoniza uma experiência que reverte a lógica da mercantilização do trabalho e das relações sociais, tão bem analisada por Polanyi ao discorrer sobre “a grande transformação” dos séculos XIX e XX.

Histórico

Situada no extremo oeste do estado do Ceará, para se chegar à Serra da Ibiapaba saindo de Fortaleza, há duas alternativas: “por baixo”, passando por Canindé, ou “por cima” passando por Sobral. De um jeito ou de outro, a distância não muda muito – 350 a 400 quilômetros. A referência, na verdade, é medida em tempo – cinco a sete horas, dependendo do veículo e das condições da rodovia escolhida. A paisagem tampouco apresenta grandes diferenças – prevalece a monotonia de extensas áreas com aspecto árido e de abandono, poucas e deterioradas moradias isoladas, um pedaço aqui outro acolá de milho, mandioca ou capim forrageiro. De vez em quando, algum gado, carneiros e cabras testemunham a existência de alguma “atividade produtiva”, no jargão agrônomo. Ao longe, o horizonte chapado e tórrido revela intrigantes silhuetas de montanhas verdejantes – são as serras, maciços que pontuam ao longo do percurso e acompanham o viajante de longe. A passagem por placas anunciando “ponte sobre o rio tal” se torna um curioso exercício de “caça ao tesouro” – qual dessas pontes vai passar sobre um rio com água corrente? Pequenas cidades e vilarejos eventualmente quebram a monotonia, com suas motos (pilotadas por motoqueiros sem capacete, invariavelmente), cavalos, crianças, posto de combustível e botecos¹.

Na chegada à Serra da Ibiapaba, (vindo “por baixo”) rapidamente a paisagem é alterada. O primeiro sinal de que o ambiente mudou são as bananeiras. A presença de vários pomares indica que o clima, o solo e a disponibilidade de água são mais propícios à produção agrícola. As casas melhoram de padrão e aparecem mais próximas umas das outras – os sítios são menores, portanto, e os quintais mostram uma diversidade de cultivos que contrastam com a monotonia das pastagens que até ali predominavam. Equipamentos de irrigação em plena atividade mostram que a agricultura intensiva se faz presente. A cana-de-açúcar ocupa boa parte das terras, associada a engenhos de produção de rapadura que aparecem com regularidade.

¹ Uma manifestação de trabalhadores rurais sem terra bloqueando a passagem próximo à cidade de Canindé provoca o desvio do trânsito para uma estrada vicinal e proporciona a oportunidade de ver uma paisagem um pouco mais atraente, com mais casas e mais pessoas à vista. A luta pela reforma agrária faz sentido...

O Bairro do Limoeiro fica na cidade de Guaraciaba do Norte, há menos de dez minutos do núcleo urbano (de carro). Segundo contam, no início do século vinte, os primeiros ocupantes ali se estabeleceram e, aos poucos, os sítios foram se constituindo a partir do desmembramento das fazendas e a venda de terrenos para os que foram chegando depois. No início, a produção era pautada pelas lavouras de subsistência – milho, mandioca, feijão – além da cana-de-açúcar e a criação de gado. Com o passar dos anos, os sítios maiores foram sendo divididos entre os filhos da primeira geração, e depois entre os netos. Guaraciaba do Norte proporcionava educação, saúde e demais serviços para a comunidade do Limoeiro. Poucos, entretanto, chegaram a concluir a quarta série primária. Nas situações de aperto econômico, que não foram poucas, membros das famílias saíam em busca de emprego nas grandes cidades – Rio de Janeiro, principalmente. Após uma temporada, trabalhando na construção civil, ou como garçom ou porteiro, retornavam para o sítio. Ou não.

No início da década de oitenta, a realidade do Limoeiro sofre uma significativa alteração. Junto com o aporte de investimentos públicos em eletrificação rural e abertura de estradas, há um grande esforço governamental em incentivar a “modernização” da agricultura na Serra da Ibiapaba. Com apoio técnico e financiamento das instituições oficiais de crédito rural, produtores de tomate vindos de outras regiões chegam em busca de terra “nova”, adotando técnicas de produção até então pouco conhecidas por ali, associando irrigação com uso intensivo de agrotóxicos e alta produtividade. A experimentação dessas técnicas, como empregados ou como arrendatários ou parceiros, e a alta rentabilidade obtida em áreas relativamente pequenas, faz com que os agricultores do Limoeiro (e das outras comunidades rurais da Serra da Ibiapaba) se tornem produtores de tomate, e depois de cenoura, repolho e pimentão – as hortaliças mais demandadas pelo mercado, principalmente Fortaleza.

Agricultores têm agora a oportunidade de comprar carro “zero”, adquirir equipamentos novos, construir e reformar suas casas. Mas logo conhecem o outro lado da moeda: as regras do mercado – preços despencam ao ponto de não compensar a colheita, excesso de produção sem mercado comprador provocam atos de protesto dos produtores, atravessadores pagam com atraso, ou dão “calote”, enquanto o banco cobra a quitação dos empréstimos liberados, com juros e correção. O carro “zero” tem que ser vendido, e o filho no Rio de Janeiro tem que mandar mais dinheiro.

A natureza também começa a cobrar seu preço. Doenças e pragas estranhas e desconhecidas atacam as lavouras. Diferentes produtos em quantidades crescentes e cada vez mais caros têm que ser adquiridos e aplicados. Já não é mais possível comer um tomate colhido na hora – o produtor não tem coragem de se alimentar de seu próprio produto, pois sabe a quantidade de veneno que aplicou. O vendedor da loja de produtos agrícolas passa a ser mais importante do que os técnicos da rede pública de assistência técnica, pois ele “sabe” qual o último produto “que funciona” contra as pragas e doenças, cada vez mais diversificadas e desconhecidas. O solo se resseca, e a produção só sai a muito custo. Dores de cabeça acometem boa parte dos agricultores, sendo que antes isso não acontecia. Cria-se um paradoxo entre eles – a horticultura trouxe oportunidades e riquezas que não se imaginava ser possível a partir do milho, do feijão e da mandioca; mas trouxe também as incertezas e as mazelas do mercado com seus altos e baixos absolutamente desacorçoantes; e visivelmente está prejudicando a saúde das pessoas e da natureza. Em 1996, a Serra da Ibiapaba é conhecida pela sua produção de hortaliças e pelo uso exorbitante de agrotóxicos. Acompanhando a crescente discussão sobre preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e agroecologia em nível nacional, um projeto promovido pelo

Banco do Nordeste do Brasil, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará (já extinta) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (os mesmos que estimularam a “modernização” da agricultura na década anterior) é concebido com o objetivo de incentivar a agricultura biodinâmica no Ceará. Contratam o jovem agrônomo R, especialista e consultor em agricultura biodinâmica para implantação de campos de demonstração em dezesseis diferentes propriedades rurais familiares, nas várias regiões do estado e considerando diversas culturas. A Serra da Ibiapaba foi uma das regiões escolhidas para implantação desses campos de demonstração.

Seu N nasceu e se criou no Limoeiro. Como todo mundo da região, ajudava os pais na roça, e cresceu acompanhando a chegada e o predomínio das culturas do tomate, da cenoura, do repolho e do pimentão. Já adulto, assumiu sua parte no sítio da família e se dedicou a essas culturas. Tudo o que precisava ser feito, ele fazia. Os técnicos estatais que eventualmente passavam por lá reconheciam nele um produtor interessado e eficiente. Porém, os sintomas de esgotamento do solo e desequilíbrios ecológicos denunciavam que algo não ia bem, apesar de todo o investimento feito em fertilizantes e produtos químicos. E o fato das crianças não poderem brincar no meio da lavoura devido ao cheiro forte dos venenos, e não poderem comer o tomate direto do pé, isso o incomodava muito.

Possivelmente, por considerarem ele um produtor exemplar, interessado e empreendedor, e que manifestava seu descontentamento com os resultados e as conseqüências da agricultura convencional, os técnicos responsáveis pela seleção dos agricultores que fariam parte do programa de incentivo à agricultura orgânica o escolheram para participar na implantação de um dos dezesseis campos de demonstração.

Os campos de demonstração foram devidamente implantados e, apesar da desconfiança da maioria dos produtores, acostumados com a lógica da agroquímica, apresentaram resultados animadores. Nenhum resultado, porém, foi mais surpreendente do que aquele obtido por N. Em apenas seis meses, sem nenhuma adição de produtos químicos, obtinha produção de várias espécies de hortaliças de excelente qualidade.

A consultoria havia concluído seu trabalho. Era o momento de apresentar os resultados. Diante de uma platéia composta por numerosos convidados, entre autoridades e técnicos das entidades parceiras, os produtores envolvidos e pessoas interessadas no tema, a exposição dos resultados mostrava que a agricultura orgânica era viável e merecedora de apoio para se fortalecer no Ceará – arroz de sequeiro, feijão, milho, caju, hortaliças – variadas culturas instaladas com diversas repetições apresentavam produção considerável, mesmo considerando o curto espaço de tempo da experimentação.

Todos gostaram do que viram. Entretanto, os produtores, mesmo achando interessante, não se sentiram encorajados a continuar – não estavam familiarizados com as novas técnicas, os riscos de perda da produção eram grandes e o mercado não valorizaria esse esforço na hora de comprar os produtos. À exceção de N, que não se conformava:

- E agora? Quero continuar a produzir produtos orgânicos, mas sozinho não vou conseguir vender de forma diferenciada do produto convencional. O que fazer?

Havia pouco tempo, o agrônomo R terminara de ler o livro “Farms of Tomorrow – Community Supported Farms - Farms Supported Community”. Nele, os autores descrevem sete experiências de empreendimentos de agricultura orgânica e sugerem algumas diretrizes daquilo que consideram as fazendas do amanhã – a sustentação do agricultor orgânico por grupos de consumidores urbanos, numa relação em que os custos de produção e de manutenção da família do produtor são assumidos pelos consumidores, em troca do

fornecimento semanal de determinado conjunto de produtos a serem obtidos de forma orgânica. Esse livro inspira R a propor a constituição de uma associação nos moldes das “Fazendas do Amanhã” em Fortaleza. Compartilha essa idéia com vizinhos e amigos, e contando com o apoio da esposa, motivado pelo desejo (“um pouco egoísta”) de poder consumir alimento orgânico no Ceará, aproveita a oportunidade do evento de apresentação dos resultados da consultoria para divulgar a idéia daquilo que viria a ser a Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica – ADAO. Dos cento e cinquenta participantes do evento, quarenta assinam a lista de interessados. Destes, vinte e três, dentre profissionais liberais, técnicos de instituições públicas, professores universitários e o agricultor N, vão participar da assembléia de aprovação dos estatutos e da fundação da ADAO, em 16 de abril de 1997.

Fundamentalmente, a filosofia e as diretrizes descritas no “Farms of Tomorrow” são adotadas – os sócios consumidores indicam a variedade e quantidade de produtos que gostariam de consumir semanalmente durante um ano. Os produtos são classificados conforme a estimativa de consumo de cada associado consumidor, classificando-os entre “frequentes”, “às vezes” e “raramente” (por exemplo, alface, couve-flor e alho porró). N, com apoio técnico de R, agora Diretor Técnico da ADAO, define um orçamento para produzir o solicitado, conforme estimativa de custos de área (metros quadrados de canteiros) necessária para produção da lista dos produtos demandados na frequência indicada, incluindo uma margem de perdas, e rodízio para descanso da terra. O valor é discutido incluindo a remuneração do produtor e sua família (três salários mínimos livres, à época), e ao final, é rateado por todos os sócios e parcelado em doze mensalidades.

Portanto, a base do orçamento é o custo de produção do metro quadrado de horta, e não unidades de peso ou volume de produtos. Ou seja, o consumidor não está pagando preço por produto, não há preço da alface, ou da couve-flor. Ele está pagando pelo que consome, conforme suas necessidades, e conforme as necessidades do produtor e sua família.

Convencionou-se que os três primeiros meses serão pagos antecipadamente para possibilitar os investimentos iniciais e o custeio até o início da produção. Passados os noventa dias, as primeiras cestas chegam a Fortaleza. Têm um valor “quase simbólico” já que ainda são poucos os produtos, mas a satisfação e o ânimo elevado de todos indicam que valeu a pena. As distribuições semanais são feitas num galpão localizado em um sítio próximo de Fortaleza, cedido através de contato do círculo de amigos de um dos sócios. A produção vem de carona num caminhão que carrega produtos da Serra da Ibiapaba para a Ceasa de Fortaleza. Às quatro horas da manhã, um dos sócios, nomeado gerente de distribuição (único cargo remunerado pela ADAO – os cargos de presidente, vice-presidente, diretor administrativo-financeiro, diretor técnico e secretária são voluntários), vai à Ceasa buscar a produção vinda do sítio do N e, com ajuda de quatro auxiliares contratados, faz a divisão e organização dos produtos nas cestas – na verdade, caixas plásticas. Às seis horas, chegam os sócios para buscar suas cestas – cada um traz uma caixa vazia e leva uma cheia. É um momento de confraternização, de conversas animadas sobre a bem sucedida e importante experiência da qual são coadjuvantes. A ADAO começa a ganhar novos adeptos. Em um ano e meio, já são cento e vinte sócios, número considerado limite pelos autores de “Farms of Tomorrow”. Acima desse número, as relações começam a se tornar impessoais e as dificuldades administrativas e organizacionais começam a comprometer os fundamentos da “agricultura motivada pela comunidade” (ou CSA, qual seja, Community Supported Agriculture).

Logo surge a necessidade de ampliar o número de produtores – um único produtor tornava o sistema muito vulnerável e suscetível a falhar caso algum problema na sua produção ocorresse – o senso de responsabilidade aumenta com o número de associados.

O sucesso da experiência de N motiva seus vizinhos – renda mensal garantida, produção sem agrotóxico, despreocupação com a comercialização – são fatores altamente motivadores.

Um segundo produtor é convidado a participar da ADAO. Trata-se de L, primo de N.

Em assembléia, os sócios decidem que é necessário aprimorar a estrutura administrativa – estruturam uma secretaria e contratam uma funcionária para organizar as cobranças, as adesões de novos sócios, o encaminhamento de pedidos para o produtor e as contas.

Para obtenção da certificação como produto biodinâmico (através do IBD – Instituto de Bio-Dinâmica, com sede em Botucatu, SP), a ADAO teve que equacionar o transporte das hortaliças. Não podia continuar sendo transportado juntamente como produtos não orgânicos num único caminhão. N se endivida e compra um caminhão usado, e assume o frete da produção. Os custos são rateados pelos associados consumidores, mediante planilha de custos aprovada pela diretoria (combustível, manutenção, depreciação, etc.).

A distribuição das cestas passa a ocorrer duas vezes por semana (às terças e sextas feiras) devido às filas que começam a incomodar os associados. As mensalidades, antes pagas mensalmente em cheque no local da distribuição, agora são cobradas via boleto bancário. E tudo isso tem um custo. A ADAO inclui estes custos no orçamento anual rateado pelos sócios. Os novos sócios, para serem aceitos, devem participar de uma reunião de exposição da filosofia da ADAO, e devem pagar o relativo aos três meses que os sócios pioneiros pagaram no início, agora convertidos em taxa de adesão, caução e primeira mensalidade. Com o passar do tempo, essas reuniões de apresentação escasseiam, se resumem à entrega de um folheto explicativo. O fundo constituído pelas cauções cobre eventuais inadimplências nas mensalidades, e principalmente demandas do produtor que não estavam previstas, ou despesas da diretoria da ADAO. Inicia-se aquilo que a própria diretoria identifica como segunda fase da associação. Palestras são proferidas no Brasil e no exterior – fazem parte da missão de “desenvolver a agropecuária orgânica”. Com a divulgação da ADAO, surgem alguns apoios. Recursos são doados pela Associação Tobias, de São Paulo, para a compra de um terreno destinado a construção da sede própria, no Bairro da Água Fria, em Fortaleza.

Enquanto a sede não fica pronta, estabelece-se um outro ponto de distribuição mais central, no “Mercadinho Japonês”, tradicional ponto de comercialização de frutas e verduras, localizado em bairro nobre da cidade. Rapidamente, a ADAO capacita mais produtores, chegando a doze em 1999/2000. Ainda fiel aos princípios da CSA, a ADAO remunera os produtores de acordo com a área plantada de forma orgânica e não pela quantidade de produtos cultivados e colhidos. Supõe-se que o planejamento da produção contemplando as demandas dos consumidores seria devidamente observado pelo grupo de produtores, e seria suficiente para estabelecer o equilíbrio entre “oferta” e procura”, ou melhor, entre o encomendado pelos consumidores e o produzido pelos produtores.

O papel do diretor técnico se intensifica. A certificação dos produtos como biodinâmicos é obtida junto ao IBD, mas a confiabilidade da qualidade dos produtos por parte dos consumidores recai na relação de confiança que todos depositam no diretor técnico e na seriedade da proposta. Visitas de grupos de consumidores aos produtores esporadicamente contribuem para fortalecer o espírito associativo e a confiança mútua. Porém, o aumento no número de produtores não é acompanhado pelo crescimento no número de consumidores. Inicia-se uma campanha “traga dois amigos”, na perspectiva de triplicar o

número de associados consumidores através do “boca a boca”. O resultado, entretanto, deixa a desejar. O custeio de todos os hectares em produção torna-se insustentável. Ao mesmo tempo, o volume de produtos rateados por um número limitado de cestas faz com que muitos consumidores reclamem do excesso e do desperdício. Vários consumidores acabam subdividindo suas cestas entre parentes e amigos, pagando uma única “cota” para a ADAO. Outro problema que se constata diz respeito aos produtos cultivados. Como a remuneração é feita por hectare, independente do que se produz (apesar do planejamento de produção previamente pactuado) diz-se que alguns produtores começam a se dedicar aos produtos mais fáceis e produtivos, como a mandioca. Com isso, as cestas ficam empobrecidas em termos de variedade, e mais pesadas do que o esperado. O descontentamento pelo lado do consumidor se agrava.

“Eu, e muitos outros sócios, saímos da ADAO porque faltou reciprocidade por parte dos produtores. Era só o “vinde a mim”, não havia penalidades para a falta de produção compromissada por eles... A falta de produção é só falta de planejamento (aliás, de execução do planejamento), e as sobras refletem isso também. Só sobra demais se não se plantou de acordo com o planejado. Essa falta de obediência ao planejamento se deve a essa postura paternalista por parte da ADAO de remunerar o produtor independente da qualidade, variedade ou quantidade”. (M, ex-associado da ADAO)

Diante dessas limitações, a diretoria finalmente propõe, no início de 2000, um “plano de demissão voluntária” através do qual os produtores desistentes contariam com apoio para quitação de suas dívidas, assumidas no processo de conversão para a agricultura biodinâmica. As reservas da ADAO, constituídas pelas cauções pagas pelos sócios são utilizadas nesse processo. Permanecem na ADAO apenas três produtores.

Aparentemente contraditório, as sobras de produção fazem parte da estratégia que confere sustentabilidade à ADAO. A produção orgânica é muito mais suscetível a perdas do que a produção convencional. Na ocorrência de alguma doença ou praga inesperada, os produtos químicos de amplo espectro de ação não podem ser utilizados. Assim, na agricultura orgânica, planta-se no mínimo 20% a mais do que o previsto para a comercialização. No caso da ADAO, esses custos estão incluídos no orçamento². O excedente de produção, sendo uma regra, precisava ter uma destinação nobre. Uma vez que toda a produção havia sido custeada pelos sócios, argumentava a diretoria, ela pertencia à Associação (e não ao produtor isoladamente) - não fazia sentido vender o excedente, já que a lógica não era a da comercial convencional. Decidiu-se, então, pela doação dos excedentes para instituições assistenciais de Fortaleza. Posteriormente, foi admitida a adesão de uma pessoa jurídica como associado da ADAO – uma empresa de comércio de produtos naturais adquiria algumas cestas para a revenda. Outros contatos com pessoas jurídicas foram tentados (restaurante natural), porém a experiência não foi muito animadora (inadimplência nas mensalidades).

Acomodada a situação de excesso de produtores (e de produção) inicia-se a terceira fase da ADAO. Um novo sistema é discutido e implementado, diante da persistência do descontentamento - por parte dos consumidores, com a composição das cestas; e por parte dos produtores, pelo sistema de remuneração por área plantada. Criam-se duas modalidades de distribuição: a Cesta Básica Mínima – CBM, na qual o associado consumidor recebe um conjunto de produtos estabelecidos pela gerência de distribuição conforme a produção obtida naquela semana (duas variedades de folhagens, duas de raízes,

² No caso da agricultura convencional, as sobras (que se verificam diariamente nos CEASAS) são decorrência das incertezas do mercado (relação de oferta e procura).

três de temperos e três de frutos). O optante por essa modalidade paga uma mensalidade fixa, e continua com a comodidade de encontrar sua cesta pronta para ser levada, sem perder tempo com escolha dos produtos, e principalmente com uma quantidade mais adequada ao seu padrão de consumo.

A outra modalidade é a Escolha Livre. Nessa modalidade, os produtos são classificados e separados por categorias de preço. Inicialmente são estabelecidas três categorias de preço (atualmente são cinco), de acordo com o peso, produtividade e custos de produção (o quilo de produtos mais pesados e produtivos, como a mandioca, por exemplo, são mais baratos do que o quilo de produtos mais leves, menos produtivos e mais complicados de se produzir, como as folhosas, brócolis, couve-flor, alho porró). O associado paga uma mensalidade fixa, de acordo com sua estimativa de consumo mensal, que lhe dá um saldo a ser convertido em quilos das diversas categorias. Caso ultrapasse o valor da mensalidade, o excedente de consumo será cobrado no boleto do mês seguinte. Caso não utilize todo o saldo, este se acumula. Por conseguinte, a remuneração do produtor deixa de se dar por hectare orgânico cultivado. Agora ele é remunerado pelos quilos de produtos produzidos e consumidos. A administração fica mais sofisticada. Cada produtor entrega sua produção em caixas de determinada cor que o identifica. A gerência de distribuição confere e pesa os produtos por cor (por produtor), prepara as CBM e organiza a exposição dos produtos para os associados optantes da Escolha Livre. Estes últimos têm que chegar cedo (antes das seis horas da manhã), se quiserem escolher os produtos melhores, e se quiserem retirar produtos mais nobres, muito procurados e com pouca produção (couve-flor, por exemplo). Ao final, as sobras são pesadas e rateadas proporcionalmente entre os produtores relacionados com aqueles produtos. O volume do que foi comercializado igualmente é rateado proporcionalmente entre os produtores que forneceram aqueles produtos, e o resultado financeiro (quilos vendidos x valor da categoria do produto) é rateado entre a administração e os produtores (meio a meio, via de regra). Na administração estão incluídos os custos dos funcionários, do gerente de distribuição, do frete (que é feito em caminhão de N) e das despesas operacionais (contas, despesas bancárias, materiais administrativos, etc.).

Essa sistemática não foi implementada sem controvérsias. Ela tinha o mérito de equacionar os principais problemas apresentados pelo modelo anterior – possibilitava a satisfação dos consumidores que queriam adquirir quantidades variadas, proporcionava uma remuneração mais adequada e coerente com a produção obtida por cada produtor, e não mais por área plantada, as categorias de produtos estimulando os produtores a investirem naqueles mais nobres, difíceis de produzir, porém mais valorizados, satisfazendo ainda mais os consumidores. Entretanto, sócios mais antigos não deixaram de questionar o afastamento de alguns princípios que norteavam a ADAO – a valoração dos produtos e a venda a quilo estaria tornando a ADAO mais um “varejão” como qualquer outro, a lógica do orçamento anual e pacto consumidor-produtor estaria se perdendo.

Prevaleceu, entretanto, o senso de que os problemas decorrentes da aplicação “textual” da filosofia inviabilizariam a ADAO – sócios desistiam no mesmo ritmo das novas adesões, tanto produtores quanto consumidores estavam descontentes. Os produtores consideravam pouco estimulantes a remuneração por hectare, além da desconfiança que se estabelecia entre eles (diante das posturas desiguais em relação ao esforço necessário para viabilizar a produção diversificada e satisfatória para os consumidores). Os consumidores reclamavam do volume das cestas e da pouca variedade de produtos. Vários associados permaneciam na ADAO por falta de opção, outros desistiam. De fato, algo precisava ser feito. E a nova sistemática deu resultado. Após um período de acomodação, a remuneração dos produtores

melhorou significativamente. Os associados, de um modo geral, pareciam mais satisfeitos. Os problemas passam a ser de natureza “administrativa” - sócios reclamando das filas para pesar os produtos a serem lançados nas categorias. Os controles de saldos dos associados geram atritos. Os momentos de distribuição, antes uma oportunidade para confraternização e troca de idéias, passam a ser desgastantes e estressantes, principalmente para o pessoal da distribuição, sobre quem acabam recaindo as reclamações. Logo se busca outra alternativa, e o então gerente de distribuição se afasta da função e propõe uma parceria na locação de um ponto comercial em que ele instalaria um negócio de produtos naturais e, às terças-feiras, a ADAO utilizaria o espaço para a distribuição. A ADAO assume 70% dos custos de locação desse ponto, e praticamente metade dos associados (então totalizando 370 associados) optam por retirar suas cestas nesse local, acrescidos R\$ 3,50 nas mensalidades para custear o aluguel do ponto. As filas são proporcionalmente reduzidas, mas continuam. Lentamente, outros produtores ingressam na ADAO. Agora já não há interesse de que se associem muitos produtores. Quem chega agora chega devagar. Na verdade, as relações de parentesco parecem ser determinantes - são todos irmãos e primos, totalizando agora seis associados produtores no Bairro do Limoeiro³. Entre eles não há envolvimento associativo na produção, cada um cuida do seu terreno, contrata seus próprios funcionários e programa sua produção. Os elos de solidariedade mais visíveis entre eles são o planejamento da produção, decorrente da demanda solicitada pela gerência de distribuição da ADAO, e o caminhão de N, que percorre todos os sítios e recolhe os produtos colhidos na véspera de cada dia de distribuição.

A partir de 2004, a ADAO chega a mais de quatrocentos associados consumidores, há uma estabilização e regularidade na oferta dos produtos. A informatização do sistema de pesagem dos produtos e emissão dos comprovantes de cada associado, o estabelecimento de cinco categorias de preços de produtos, a utilização de sacolas coloridas para cada categoria para facilitar o processo de pesagem, e a parceria com uma empresa para entrega das cestas a domicílio são algumas das providências adotadas que tornam a ADAO mais “profissionalizada”.

Em 2005, tem início um processo interno de discussão sobre os rumos da associação. Há uma preocupação por parte da nova diretoria que toma posse, quanto a possibilidade de acomodação da ADAO no estágio até ali atingido. Os produtores, N em particular, não enxergam com bons olhos a estagnação da ADAO – as sobras de produção continuam incomodando, há área ociosa nos sítios com significativa capacidade de ampliação da produção (e portanto de maior remuneração dos produtores), mas o incremento no número de associados consumidores se dá em ritmo muito lento. Novo dilema começa a se delinear. Ao contrário do conflito de anos atrás, quando houve muitos produtores para poucos consumidores, agora a ampliação do número de consumidores significa comprometer a capacidade de atendimento da estrutura de distribuição. As filas de consumidores para pesagem dos produtos, o número de balanças, computadores e funcionários, além do risco de descontentamento pela eventual pouca quantidade de determinados produtos mais nobres (provocando insatisfação e novas desistências) são aspectos que são considerados pela diretoria para agir com cautela na perspectiva de crescimento da ADAO.

³ Há outros produtores fora da Serra da Ibiapaba fornecendo, desde o início da ADAO, produtos de origem animal e processados, que não fazem parte do esquema das cestas nem recebem custeio para a produção. Na verdade, são produtores credenciados pela ADAO para vender seus produtos nos dias de distribuição aos associados consumidores.

Um grande investimento na capacitação dos produtores é realizado, com a organização de um curso de “qualidade total – 5S”, buscando atacar um dos pontos que a diretoria técnica considera dos mais importantes – a observância ao planejamento da produção e a qualidade na apresentação (higiene, classificação, padronização) dos produtos.

Reuniões da diretoria ampliadas com a participação de associados interessados têm lugar, nas quais idéias são debatidas e as opções são avaliadas. Idéias como a venda de pequenas cestas de verduras em redes de postos de gasolina com mensagem publicitária de patrocinadores e da ADAO, a parceria com uma indústria para fornecimento diário dos produtos orgânicos ao seu restaurante industrial, a preços de Ceasa mais 10%, a constituição de novos núcleos da ADAO em outros pontos da cidade, são apresentadas em assembléia e provocam reações diversas. A ampla maioria apóia essas idéias, mas alguns associados – os mais antigos - enxergam nessas alternativas a ruptura com os princípios originais que motivaram o nascimento da associação, o que levaria a associação à submissão ao mercado. Outros, por sua vez, questionam se não se estaria abrindo aos produtores – ainda financiados pelos associados consumidores – a opção de fornecer para terceiros em prejuízo dos consumidores, pois afinal, “a produção pertence à ADAO, fomos nós que pagamos por ela”. Os produtores, por sua vez, aguardam ansiosos pelo desfecho dessas discussões, ante a perspectiva de darem mais um passo na melhoria de suas condições de vida com a ampliação das possibilidades de comercialização de sua produção.

Diante desse quadro, a diretoria convoca uma reunião para discussão sobre a “filosofia” da ADAO, e sobre os rumos que ela deve tomar. Um breve histórico da ADAO e da filosofia que a inspirou são apresentados nessa reunião, visto que vários participantes são recém-associados e outros são convidados interessados em se associar. A diretoria explica os dilemas da ADAO e as controvérsias entre os associados, e em seguida, duas perguntas, ou opções, são lançadas para discussão: devemos crescer (e acolher um maior número de produtores e levar alimento saudável a um maior número de consumidores); ou devemos parar onde estamos e aprimorar nossas relações internas? Colocada dessa forma, a resposta não poderia ser diferente. Todos (aproximadamente cinquenta pessoas, incluindo quatro produtores da Ibiapaba) afirmam ser necessário crescer, desde que não haja prejuízos na distribuição e na qualidade dos produtos. As alternativas são colocadas, novas sugestões são lançadas. E alguém continua a lembrar: a ADAO investiu durante anos nos produtores – os solos de seus sítios, altamente produtivos e lentamente convertidos para “orgânicos”, agora são patrimônio da ADAO. A satisfação dos consumidores deve ser a retribuição a esse investimento. Os produtos continuam “pertencendo” aos consumidores.

Referenciais teóricos

A reflexão sobre os meandros das relações estabelecidas entre consumidores urbanos e produtores rurais orgânicos da ADAO remete a várias possibilidades de análise. Pode-se dizer que se trata de um fato social total, parafraseando Mauss. Ou seja, são quase infundáveis as possibilidades de abordagem analítica (cultural, econômica, tecnicista, geográfica, ecológica, política, etc.). Em destaque, a experiência protagonizada pela ADAO apresenta elementos muito significativos para compreensão dos conflitos e possibilidades da economia solidária.

A discussão sobre as relações sociais entre o rural e o urbano pode ser bastante enriquecida. Ao se organizar sob uma mesma estrutura associativa atores tão diversos e aparentemente tão distantes como profissionais liberais da elite de Fortaleza e agricultores familiares do interior do estado, é interessante observar os valores que são atribuídos por

cada associado à essa relação. A ruralidade presente no urbano decorrente das origens de muitos cujos pais e avós viviam da agricultura, o senso de solidariedade (no sentido da responsabilidade social) que muitos enxergam quando reconhecem na ADAO a oportunidade de proporcionar remuneração mais justa ao “homem do campo”, são vários os matizes que podem ser captados nos discursos e nas simbologias dos associados urbanos. Por sua vez, o associado rural, antes constantemente susceptível às agruras das flutuações do mercado e das mazelas da produção convencional, agora percebe na relação com o parceiro urbano a perspectiva de continuidade e perpetuação de sua condição de agricultor. Observa vizinhos que desistem da atividade agrícola em troca de um emprego mal remunerado nas cidades, e cujos filhos continuam migrando para o Rio de Janeiro ou São Paulo em busca de oportunidades cada vez mais escassas, enquanto ele está estável, com remuneração mensal “permanente”, suficiente para seu sustento e contratação de funcionários em número significativo (os produtores, no conjunto, geram aproximadamente trinta empregos fixos diretos).

Vários estudiosos nos ajudam a refletir sobre as relações do “mundo rural” com o “mundo urbano”, desde as raízes dessa aparente dicotomia social.

A literatura historiográfica mostra que a conformação das cidades se apresenta como um processo de complexificação da organização social decorrente da unificação das aldeias rurais. A necessidade de defesa do território e de exercício de poder conforme o desenvolvimento da produção de riquezas em determinado contexto geográfico e temporal parecem determinar esse movimento. As cidades-estado são as precursoras das nações e dos impérios. A urbanização vai possibilitar o fortalecimento bélico, político e econômico dos povos. Ao mesmo tempo, vai se tornar palco das manifestações simbólicas de poder e dominação entre as classes sociais que se estabelecem a partir dessas organizações (soldados e agricultores, nobreza e plebe).

Para Jaguaribe (2002), a urbanização se constitui no marco civilizatório por excelência.

Polanyi (2000) apresenta o nascimento das cidades e a civilização urbana como o “resultado mais significativo dos mercados”. Considera que “as cidades, as crias do mercado, não eram apenas as suas protetoras, mas também um meio de impedi-las de se expandirem pelo campo e assim, incrustarem-se na organização econômica corrente da sociedade” fundada na atividade agropecuária, até o advento do mercantilismo e da revolução industrial. (p 82). É muito instigante o desenvolvimento do pensamento de Polanyi em relação à natureza das relações sociais e econômicas havidas nas sociedades primitivas e medievais, e que condicionavam a formação do urbano e do rural até aquele momento histórico.

(...) todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual, inter alia, fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia. Dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente. Os costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico. (POLANYI, 2000, p. 75)

Com o advento do capitalismo, diversas correntes teóricas irão refletir sobre o desenvolvimento (antagônico) do urbano e do rural.

De um lado, a exemplo das provocações de Lefebvre (in Veiga, 2004a), a noção de que a urbanização (geográfica ou cultural) é inerente ao capitalismo, e portanto, desígnio inescapável de todas as comunidades, fez produzir vários estudos considerando esse pressuposto. Baigorri, por exemplo, chega a afirmar que

El espíritu del capitalismo y la sociedad informacional han penetrado hasta tal punto en esos supuestos espacios rurales que no es fácil percibir hoy diferencias en hábitos, actitudes y valores, y menos aún en lo que se refiere a las estructuras y relaciones de producción. Vivimos en una urbe global, en la que los vacíos cumplen exclusivamente la misma función que, en términos de microurbanismo, cumplieron los parques y las zonas verdes en la ciudad industrial. Y la Sociología Rural es, en lo que a las sociedades avanzadas se refiere, una ideología, en el mejor de los casos una utopía. (BAIGORRI, 1995, p. 1. Grifos do autor)

No contraponto, Veiga (2004b) apresenta uma interessante análise contextualizando um estudo produzido pela OCDE, em que os conceitos de população rural e população urbana são reformulados a partir de indicadores econômicos, sociais, demográficos e ecológicos. Com base nesse estudo (que mostra a tendência de crescimento da população rural nos países da Comunidade Européia), e considerando as hipóteses de Lefebvre (completa urbanização) e de Kayser (renascimento do rural), conclui que

Na atual etapa da globalização, a ruralidade dos países avançados não desapareceu, nem renasceu, fazendo com que as duas hipóteses fossem ao mesmo tempo parcialmente verificadas e refutadas, o que leva à formulação de uma terceira: o mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo. (VEIGA, 2004b, p. 58. Grifos do autor)

Importa, desse debate, compreender se no bojo das “conclusões” sobre as tendências da humanidade (urbanização ou ruralização) a sociedade caminha para uma situação de equilíbrio ou desarmonia. Não há que se falar em condenação de um ou de outro (urbano como sinônimo de degradação sócio-ambiental, rural como sinônimo de atraso). Porém, o discurso da urbanidade triunfante tende a ocultar uma percepção do rural utilitarista e efetivamente depreciadora da importância – econômica, ecológica, social e cultural – daqueles que vivem na e da terra.

Em decorrência desse tipo de abordagem, a questão agrária (e a necessidade da reforma agrária e de políticas públicas de apoio ao agricultor familiar, por exemplo) também diminui em importância. Mais do que um debate conceitual, a discussão referente a urbano e rural acaba traduzindo opções ideológicas.

No Brasil, em plena efervescência dos conflitos pela posse da terra, envolvendo trabalhadores rurais sem terra, fazendeiros e órgãos públicos, nas décadas de oitenta e noventa do século passado, setores da academia se dividiam entre aqueles que apontavam a reforma agrária como medida estrutural e de importância estratégica para o desenvolvimento do país⁴ (devendo ser prioridade, portanto, e de caráter abrangente), e aqueles que a entendiam como medida de caráter meramente social, de remediação das populações excluídas da marcha do progresso⁵ (requerendo, portanto, ações pontuais e localizadas).

⁴ Ver José Gomes da Silva.

⁵ Ver Geraldo Muller e José Graziano da Silva.

A discussão sobre educação DO campo, em contraposição a educação NO campo, atualmente em curso junto aos movimentos sociais e órgãos de governo ligados à questão agrária e à educação, revitalizam esse conflito de valores (Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004). Educação NO campo diz respeito apenas à localização geográfica do aparato educacional. E as práticas de ensino são pautadas pelos valores “urbanos”, os referenciais utilizados, os materiais didáticos, as informações de caráter cultural e econômico privilegiam, invariavelmente, o universo “urbano”. A perspectiva de mundo do aluno fica deslocada, o “mundo rural” deixa de pertencer ao conjunto de alternativas de seu projeto de vida. Isso sem mencionar a qualidade do ensino e a precariedade (ainda maior no meio rural) das instalações e da formação do quadro de professores, dos meios de transporte e dos materiais pedagógicos.

Ao se falar em educação DO campo, está-se referindo a conteúdos e práticas que dizem respeito ao universo de valores e referenciais empíricos do “rural”, incluindo o fator tempo – a sazonalidade da produção agrícola interfere diretamente na participação dos alunos nas atividades escolares, os horários dos afazeres “do sítio” são determinados pelos ciclos da natureza (ordenha, alimentação dos animais, irrigação, etc.) e não pelo calendário escolar oficial⁶. Ao mesmo tempo, a apresentação do mundo das ciências através do “rural” ao aluno torna a sua realidade valorizada como referencial de identificação e pertencimento.

A discussão sobre o rural e o urbano, sob este enfoque, revela o paradoxo entre a busca pela superação da dicotomia forjada pelo “complexo de superioridade” de parte a parte, e a valorização do sentimento de pertença ao lugar (de elaboração da consciência) como necessidade da afirmação da cidadania daqueles que habitam o meio rural.

Stuart Hall, através de suas considerações sobre identidades e mediações culturais, pode contribuir para a reflexão sobre esse conflito de ordem cultural, assim como Norbert Elias, ao contar a história dos costumes pode lançar luzes sobre “o processo civilizador”, implícito na transição do rural para o urbano.

Muito já se discutiu sobre as implicações metodológicas e conceituais da noção de desenvolvimento baseada na referência macro-econômica (PNB, PIB, renda *per capita*), na referência política e cultural (organização do estado, complexidade das relações sociais, indicadores sociais, arcabouço jurídico, sistema de representação política, crenças e valores), e ultimamente vem prevalecendo aquilo que se pode denominar de referência holística (sustentabilidade econômica, social e ecológica, grau de liberdade e empoderamento – capital social, equidade).

É nesse “momento complexo” que a economia solidária se apresenta como um referencial teórico e ideológico. Paul Singer é um dos que se destacam, no Brasil, em sua defesa, e entende

(...) desenvolvimento solidário (como) um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.

(...) Em suma, o desenvolvimento solidário busca novas forças produtivas que respeitem a natureza e favoreçam valores como igualdade e auto-realização, sem ignorar nem rejeitar de antemão os avanços científicos e tecnológicos, mas

⁶ O que nos remete para referenciar E. P. Thompson e sua análise sobre os costumes e a conformação da cultura contemporânea a partir da incorporação de práticas sociais que, lentamente, condicionaram ao povo inglês, camponês alegre e folgazão, a se tornar um cidadão sisudo e cumpridor de horários.

*submetendo-os ao crivo permanente dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão.*⁷

Pode-se dizer que é um fenômeno proporcional ao nível de desocupação estrutural das forças produtivas provocada pelas inovações tecnológicas e pela competição predatória impostas pelo capitalismo. A própria origem dos princípios da economia solidária remonta às primeiras crises de desemprego, logo na primeira revolução industrial.⁸

As raízes teóricas da economia solidária têm, portanto, a mesma *idade* do capitalismo. A “união dos proletários de todo o mundo”, convocada por Marx quando se apercebia das graves contradições do sistema, contém o mesmo apelo por solidariedade entre os excluídos da nova ordem econômica globalizada.

Entretanto, a lógica capitalista continua atuando, e as forças produtivas agora organizadas em torno dos princípios da economia solidária, se inserem na disputa com outras vantagens comparativas frente às *velhas* forças.

A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual.

O desenvolvimento solidário apóia-se sobre os mesmos avanços do conhecimento, e sua aplicação aos empreendimentos humanos, que o desenvolvimento capitalista. Mas o desenvolvimento solidário propõe um uso bem distinto das forças produtivas assim alcançadas: essas forças deveriam ser postas – à disposição de todos os produtores do mundo, de modo que nenhum país, região ou localidade seja excluído de sua utilização, e portanto, dos benefícios que venham a proporcionar. (Singer, *ibid*, p. 11)

É um pensamento que remete à concepção marxista de que os fatores de superação de um sistema são intrínsecos a ele, as bases para sua substituição (por outro sistema melhor) são criadas por suas próprias contradições. A diferença é que não se propõe mais, como Marx, a potencialização dessas contradições em força revolucionária. Agora se propõe a constituição de uma nova cultura, um novo saber-fazer, que modifiquem as relações, sem necessariamente modificar o estado e o sistema. Isso (talvez) acontecerá quando uma nova ética e uma nova cultura – da solidariedade – se disseminar.

Do ponto de vista social, uma questão, que afeta o rumo do desenvolvimento diz respeito à competição versus cooperação, como motivação de comportamentos desejáveis. Existem linhas de pesquisa de economia experimental que mostram que, apesar de todo o estímulo à competição interindividual no capitalismo atual, a maioria das pessoas continua a valorizar a reciprocidade e a ajuda mútua. Mas é duvidoso que essa controvérsia venha a ser resolvida através do avanço científico. Ela está no cerne das grandes lutas políticas de nossa época e resulta do confronto de valores e visões de mundo.(Singer, *ibid*. P. 8)

O associativismo e o cooperativismo, expressões há longa data cunhadas e precursoras dos conceitos a partir dos quais a economia solidária esboça uma releitura, “desde sempre” foram objetos de estudos e reflexões por parte das ciências sociais. E nunca foi tarefa fácil tentar compreendê-los em suas intrincadas teias de relações e implicações ideológicas, culturais, políticas, econômicas, e tantas outras.

⁷ SINGER, Paul – Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. P. 7.

⁸ LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil.

As relações de poder, a democracia interna, a participação dos membros, a organização e a capacidade de resistência às dificuldades, os dissensos e as dissidências, o esvaziamento de propósitos, a burocratização, a dependência financeira e política – são “infinitas” as questões suscitadas no meio acadêmico sobre o cooperativismo e o associativismo. A perspectiva aberta pelo ideário da economia solidária agrega ainda mais elementos nessa infinidade. Se antes, o cooperativismo e o associativismo “tradicionais” tratavam de catalisar as potencialidades da co-operação⁹ (um mais um é mais que dois) e as vantagens competitivas (pelo ganho de escala, pela organização da divisão do trabalho, pelo efeito sinérgico da ação coletiva), a economia solidária se coloca em posição de transformação, como elemento de diferenciação na noção de desenvolvimento (de outro tipo).

Reflexões sobre a ADAO

Cabe averiguar se são estas as motivações que mantêm os vínculos entre os associados da ADAO. A falta de reciprocidade dos produtores no cumprimento do planejamento de produção e distribuição (qualidade e variedade) alegada por ex-associados consumidores, por exemplo, deve ser explicada. Da mesma forma, a insatisfação dos produtores para com as sobras de produção não valoradas (“pois já foram pagas pelo associado consumidor”) e a ociosidade das terras e da capacidade de produção (e portanto, limitação na sua obtenção de renda) são os principais indicadores de que essa relação “solidária total” ainda apresenta pontos de atrito. Chama a atenção ainda, a aparente ausência de ações associativas entre os produtores, a despeito (ou devido a) do fato de serem todos parentes entre si. Não se percebe maiores prejuízos por essa ausência de integração de recursos e esforços na produção.

O início da ADAO, em conformidade com os princípios da “agricultura apoiada pela comunidade”, demonstra na prática ser possível a relação da produção com a comercialização de forma independente do mercado típico do sistema capitalista. Ou seja, a ADAO propicia a antecipação da demanda, desvincula preço da lógica da oferta e procura, e promove uma aproximação (solidariedade) entre as partes. Muito diferente, por exemplo, da “venda na folha”, prática tão comum no universo da agricultura familiar brasileira, em que o produtor negocia com o comprador – um atravessador - sua produção ainda quando a lavoura se encontra em fase de desenvolvimento, a partir de uma projeção da produção e com remuneração antecipada com grande deságio. Geralmente, o produtor faz esse tipo de negociação para quitar dívidas anteriores, e é o atravessador quem mais lucra nessas transações. No caso da ADAO, os consumidores estabelecem um pacto com os produtores, a produção e seus custos são determinados de acordo com as necessidades de ambos, e não de acordo com o antagonismo de interesses (consumidores buscando menores preços, produtores buscando maiores lucros). Mais do que isso, o que une consumidores e produtores é a preocupação com a forma com que os alimentos são produzidos, de forma orgânica, ambientalmente equilibrada.

Polanyi, mais uma vez, ajuda a refletir sobre a natureza das relações econômicas, “embebidas” nas relações sociais até o advento da revolução industrial e a inversão de valores promovidos pelo economicismo.

Ao denunciar o princípio da produção visando lucro “como não natural ao homem”, por ser infinito e ilimitado, Aristóteles estava apontando, na verdade, para o seu ponto crucial, a saber, a separação de uma motivação econômica isolada das relações sociais nas quais as limitações eram inerentes. (POLANYI. 2000, p. 75)

⁹ MARX, K. O Capital, volume 1, parte IV, capítulo 13.

A ADAO, entidade sem fins lucrativos, ao estabelecer uma relação típica de “mercado” sem visar lucro, está protagonizando uma relação diferenciada, “embebida” no sistema capitalista. E essa diferenciação não reside apenas no aspecto econômico (ausência de lucro), mas também no modelo de produção agropecuária adotado.

A revolução verde, e toda sua lógica de eficiência e produtividade pautada na utilização de insumos químicos e mecanização intensiva, se vê negada. Com base na antroposofia (filosofia proposta por Rudolf Steiner), métodos alternativos no relacionamento “homem-solo-planta-animais” foram desenvolvidos configurando a agricultura biodinâmica, base tecnológica adotada pelos produtores da ADAO, seguindo o exemplo de outros produtores retratados na publicação *Farms of Tomorrow – community supported farms, farm supported communities*. Nela, são relatadas experiências norte-americanas que têm por fundamento os princípios inspiradores da constituição da ADAO. Seus autores apontam que

Agriculture is the foundation of modern civilization. Without a steady supply of clean, life-giving food, we have neither the leisure nor the energy to develop industry, science or art.

(...) The problems of agriculture and the environment belong not just to a small minority of active farmers; they are the problems of all humanity, and thousands of people are searching for new ways and new solutions.

As the farming crisis deepens, many people are seeking wiser, more effective ways to reestablish the relationship of human beings with the earth. The financial and agricultural practices of recent decades have made it increasingly difficult, and in some cases impossible, for existing models of agriculture to prosper. In America, the family farm has fallen victim to a relentless marketplace; meanwhile, corporate farms have tended to place short-run economic advantage over the long-term considerations of our relationship with each other and the earth. Modern ways of industrial and chemical farming play a mayor part in the deterioration of our environment on all levels: soil, water, air, landscape, and plant and animal life. Only a new, ecologically sound approach to farming can slow down or stop this deterioration. (GROH e McFADDEN. 1990, p. 4 e 5)

Na explicitação daquilo que se entende por Community Supported Agriculture (CSA), percebe-se a própria justificativa da existência da ADAO, inspirada nessas assertivas.

(...) The primary need is not for the farm to be supported by the community, but rather for the community to support itself through farming. This is an essential of existence, not a matter of convenience. We have no choice about whether to farm or not, as we have a choice about whether to produce TV sets or not. So we have to either farm or to support farmers, every one of us, at any cost. We cannot give it up because it is inconvenient or unprofitable. (Ibid, p. 6)

A existência da ADAO por quase uma década, repleta de experimentações e inovações no enfrentamento dos vários problemas que foram surgindo ao longo de sua história, revela uma trajetória bem sucedida, com crescimento constante no número de associados consumidores, servindo de referência ainda hoje como uma das únicas iniciativas de CSA no Brasil.

A agroecologia, como tendência cada vez mais evidente no ethos deste novo milênio (ao lado de temas como desenvolvimento sustentável, responsabilidade social, cidadania, e solidariedade) e a contradição com os determinantes do cenário macroeconômico merecem atenção ao se estudar essa experiência. A sociedade reclama maior equilíbrio nas formas de

produção dos alimentos, ao mesmo tempo em que os resultados positivos da balança comercial dependem cada vez mais das exportações de commodities decorrentes de técnicas de produção altamente degradantes. Políticas públicas refletem essa contradição – de um lado, linhas de crédito à agricultura familiar para conversão à agroecologia são inauguradas (PRONAF) enquanto se estimula a expansão das áreas de plantio de soja invadindo o cerrado já adentrando a região amazônica.

Outra questão, ainda inerente aos novos paradigmas da produção agroecológica diz respeito ao capital conhecimento. A “modernização” da agricultura nos padrões da “revolução verde” tem como um de seus principais pilares o sistema de difusão tecnológica. Sistemas oficiais de pesquisa e extensão foram estruturados e financiados com recursos públicos para levar ao agricultor “atrasado” os conhecimentos necessários para a adoção das novas técnicas, mais produtivas, geradas e reproduzidas pelas universidades e faculdades. Na ADAO, os conhecimentos técnicos da agricultura biodinâmica estão presentes no corpo de associados. Interessante notar que essa assessoria nunca foi remunerada diretamente pelos produtores. A experiência adquirida acabou indiretamente se constituindo na compensação do trabalho voluntário dos assessores técnicos, na medida em que estes podiam apresentar a ADAO como um “cartão de visitas” abrindo as portas para novas consultorias e assessorias remuneradas. Alguns produtores hoje se colocam como multiplicadores – mesmo sem formação teórica mais aprofundada, são capazes de prestar orientação aos vizinhos e produtores de outras regiões que constantemente visitam seus sítios em busca do conhecimento e da experiência ali vivenciada.

As mudanças promovidas pela ADAO na forma de valoração dos produtos (por categorias de preços), em detrimento da filosofia inicial (de rateio do orçamento anual da produção e das despesas do produtor e sua família), e os esforços da atual diretoria no sentido de se promover melhoria na qualidade dos produtos (eficiência, aparência, classificação), adotando processos típicos dos empreendimentos capitalistas “modernos” (qualidade total, 5S) revelam que alguns aspectos da lógica do mercado (maior oferta em função de melhor preço, satisfação do “cliente”) ainda persistem, não só como referencial de funcionamento, mas como estratégia de estímulo à preservação dos interesses pactuados.

Por todos esses aspectos, a ADAO é um interessante objeto de estudo sob o prisma da economia solidária.

Bibliografia de referência

- ABRAMOVAY, Ricardo. *O que é fome*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro*. In: *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- BAIGORRI, A. De lo rural a lo urbano. Disponível em <http://www.fortunecity.com/victorian/carmelita/379/papers/rurbano.htm>
- BLUMER, Herbert. “A idéia do desenvolvimento social”. In Durand, J. C. G. e Machado, L. P. (Org.). **Sociologia do desenvolvimento II**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: 34, 2001.
- CASANOVA, Pablo Gonzáles. “As categorias do desenvolvimento e as categorias da mudança social”. In Durand, J. C. G. e Machado, L. P. (Org.). **Sociologia do desenvolvimento II**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- DURSTON, John. “Construyendo capital social comunitário”. Revista de la CEPAL, 69, diciembre-1969.

- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro. 1946.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, vol. 1 – Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 10^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- FURTADO, Celso. *Pequena introdução ao desenvolvimento. Enfoque multidisciplinar*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.
- _____. “El nuevo capitalismo”. Revista de la CEPAL, número extraordinário, outubro, 1998.
- GROH, Traugter M. e McFADDEN, Steven S. H. *Farms of tomorrow – community supported farms, farm supported communities*. Kimberton: Bio-Dynamic Farming and Gardening Association, Inc., 1990.
- GRUPO PERMANENTE DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. *Referências para uma política nacional de educação do campo. Caderno de Subsídios*. Brasília: Ministério da Educação, 2004.
- GUIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes. 2003.
- HALAMSKA, Maria. *Relações com a sociedade global*. In: LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar – Comparação internacional – Do mito à realidade*. Tradução por Frédéric Bazin. Campinas, SP: UNICAMP: 1998.
- HALL, Stuart. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
- IANNI, Otavio; DOWBOR, Ladislau; RESENDE, Paulo-Edgard A. (orgs). *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ITESP. *1^o. Curso de Formação sobre Reforma Agrária*. São Paulo: DAF, 1991.
- _____. *Cultivando sonhos: Caminhos para a Assistência Técnica na Reforma Agrária*. 2^a.ed. São Paulo: Páginas e Letras, 2000 – (Cadernos do ITESP, 7).
- _____. *Pontal Verde: Plano de Recuperação Ambiental nos Assentamentos do Pontal do Paranapanema*. 2^a.ed. São Paulo: Páginas e Letras, 2000 – (Cadernos do ITESP, 2).
- JAGUARIBE, Hélio. *Um estudo crítico da história. Vol. 1*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- JOLLIVET, Marcel. *Agricultura e Meio Ambiente: Reflexões sociológicas*. Estudos Econômicos, São Paulo, vol. 24(especial): 183-198, 1994.
- LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. Disponível em http://www.pfilosofia.pop.com.br/07_leituras_cotidianas/20050316a_as_raizes_historicas_da_economia_solidaria_e_seu_aparecimento_no_brasil.htm
- MALAGODI, Edgard A., QUIRINO, Eliana G. *Caminhos da Agricultura Familiar*. In: DUQUE, Ghislaine (org.). *Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento – ensaios e pesquisas em sociologia rural*. João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 2002.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 2^a. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MARX, Karl. *O capital. Volume 1, parte IV, capítulo 13*. Disponível em <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/ch13.htm>
- MARX, Karl e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.
- MILLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação – as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.



- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A reinvenção solidária e participativa do estado*. Sociedade e a Reforma do Estado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, [2001?]. (Mimeo.16 fls).
- _____. *Desenvolvimento com liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SCHEREN-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Loyola/Centro João XXIII, 1993.
- SCHUMPETER, Joseph. “A resposta criadora na história econômica”. In Lucas, F. (Org.). **Economia e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Tradução por Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, José Gomes da. *A Reforma Agrária brasileira na virada do milênio*. Campinas: ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária, 1996.
- SILVA, José Graziano da. *Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola*. Versão resumida. *Agroanálisis*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 16, n. 3, p. 8-11, mar. 1996.
- SINGER, Paul. “Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário”. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 51, 2004.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VEIGA, José Eli da. *A dimensão rural do Brasil*. Seminário no. 4 – FEA-USP.1/04/2004a.
- _____. *Destinos da ruralidade no processo de globalização*. *Estudos Avançados*. 18 (51). 2004b.
- VIEIRA, Liszt, BREDARIOL, Celso. *Cidadania e política ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo – em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes. 2002.